

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Vinicius Stein
Patrícia Laís de Souza
Paula Gonçalves Felicio

COELHO, L. M. C. (Org.). **Educação integral**: história, políticas e práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Rovellet, 2013.

O livro “Educação Integral: histórica, políticas e práticas”, organizado por Lígia Martha C. da Costa Coelho, é composto por treze capítulos. Segundo a autora, foi elaborado com o propósito de “refletir acerca da educação integral em suas diferentes concepções e práticas e, ainda, analisar experiências de educação integral em jornada ampliada, que vêm sendo implantada em sistemas municipais de ensino no Brasil” (COELHO, 2013).

A obra está organizada em três seções que revelam as linhas de pesquisa do Núcleo de Estudos Tempos, Espaços e Educação Integral/NEEPHI, sediado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Unirio, que reúne estudos de pesquisadores da UFRJ, UERJ, UFRJ e UFPR.

A primeira seção, intitulada “História da educação integral”, é composta por três capítulos. O primeiro, “A educação integral segundo a pedagogia libertária”, foi escrito por Angela Maria Souza Martins. Nele, a autora apresenta as concepções de Bakunin, Paul Robin e Ferrer y Guardia sobre a educação integral. Situa as origens da pedagogia libertária relacionando-a ao movimento operário anarquista que, no final do século XIX e início do século XX, buscava transformar a consciência dos trabalhadores e de seus filhos para uma revolução sociocultural. Martins apresenta as especificidades do pensamento dos três autores pesquisados e conclui apontando que “defendiam um novo tipo de educação e os métodos ativos, com a finalidade de preparar os estudantes para o trabalho e também incentivar a militância” (MARTINS, 2003, p.27). Fica evidente em sua argumentação o empenho dos intelectuais da pedagogia libertária na luta contra a desigualdade e pela emancipação do homem em oposição ao conservadorismo da educação oficial a serviço do capitalismo dos dogmas religiosos.

No segundo capítulo, “A educação integral no antigo Distrito Federal na década de 1930: a formação de hábitos cívicos, belos e sadios”, Miriam Waiden field Chaves apresenta uma reflexão sobre a reforma educacional implementada na década de 1930 por Anísio Teixeira no Rio de Janeiro e o projeto de modernização nacional proposto à época. Por meio de uma perspectiva histórica, a autora demonstra como alguns setores hegemônicos procuraram, por meio da educação, homogeneizar comportamentos a fim de que a nação pudesse ser civilizada e pertencer ao grupo de países desenvolvidos. Nesse sentido, explicita como as escolas experimentais – especificamente a Escola Argentina – foram organizadas como espaços para a experimentação dos valores democráticos e a instituição de padrões que proporcionariam a aquisição de hábitos e valores necessários para a modernização nacional. Chaves apresenta detalhadamente ações e estratégias utilizadas na Escola Argentina, revelando, em sua argumentação, as relações entre a escola e o projeto para o desenvolvimento nacional.

No terceiro capítulo, “Reconstituição do curso de formação de professores dos Cieps através da memória de ex-participantes”, Lúcia Velloso Maurício identifica em que medida os processos de formação e particularmente a formação em serviço contribuíram para a constituição do

compromisso com a educação pública em ex-participantes do Curso de Atualização de Professores para Escola de Horário Integral no estado do Rio de Janeiro. Entre 1991 e 1994, o curso foi realizado com profissionais dos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep), instituição de educação integral implantada no estado do Rio de Janeiro. Maurício apresenta as conclusões de duas pesquisas realizadas entre 2006 e 2009 com os professores que participaram desse curso. A autora identifica que os participantes atribuem o compromisso com a educação pública a diferentes fatores, mas não os relacionam diretamente à formação que tiveram. Em suas palavras:

O que pudemos perceber do discurso destes grupos, tivessem memória comum ou não sobre seu processo de formação, é o domínio das condições de exercício do magistério sobre qualquer processo formativo. Ou seja, é possível que a formação tenha repercussões produtivas se os profissionais contarem com condições para o desenvolvimento de práticas coerentes compatíveis com os conhecimentos incorporados (MAURÍCIO, 2013, p.61).

Escrito por Jaqueline Moll, o quarto capítulo, “A Construção da educação integral no Brasil: aportes do *Programa Mais Educação*”, inicia a segunda seção do livro intitulada “Políticas públicas e legislação e(m) tempo ampliado”. Moll apresenta ações desencadeadas e financiadas pelo Ministério da Educação por meio do *Programa Mais educação*, estratégia indutora para implantação e implementação de uma agenda nacional de educação integral em jornada ampliada. Ao analisar o desenvolvimento da proposta, tanto por meio de orientações oficiais quanto na prática em instituições educativas, a autora assevera:

A ação desencadeada e construída nesses anos nos permite vislumbrar cominhos para construção de um paradigma contemporâneo de educação integral, pelo tensionamento da lógica escolar cotidiana em sua organização temporal, espacial e epistemológica, no sentido de sua reinvenção e de seu (re)encontro com seus sujeitos, com o universo das cidades, com os territórios ampliados para possíveis práticas educativas (MOLL, 2013, p.80).

O quinto capítulo, “O processo de formulação da política de educação (em tempo) integral em Natal/RN: trajetória normativa”, composto por Janaina S. S. Menezes, evidencia a trajetória normativa na busca pela construção da política de educação (em tempo) integral pela Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN. A autora discorre sobre uma série de eventos organizados para a constituição de uma proposta de Educação Integral apresentando detalhadamente as alternativas e propostas realizadas. Em seus termos,

O estudo da trajetória da educação (em tempo) integral no Município de Natal revela, no período considerado, significativo esforço da Secretaria Municipal de Educação no sentido de estabelecer seu ordenamento normativo, bem como produzir documentos que subsidiem a formulação da política pública de educação em tempo integral. [...] No entanto, a análise da trajetória normativa que envolve a educação em tempo integral em Natal, uma das dimensões a subsidiar o processo de formulação da política pública de educação, revela novos avanços a conquistar (MENEZES, 2013, p. 92).

O capítulo sexto, “Ampliação da jornada escolar como política de educação: respostas do Município de Russas à questão”, de Valdeney Lima e Lindalva Pereira Carmo, descreve a implementação e o funcionamento do prolongamento da jornada escolar desenvolvida pelo Sistema Municipal de Ensino de Russas, município localizado no interior do Estado do Ceará. Os autores apresentam o histórico das tentativas de implementação da jornada escolar para tempo integral desde o ano de 2002. Demonstam detalhadamente como o processo ocorreu em diferentes instituições educativas e registram, por meio de quadros e gráficos, os impactos destas ações. Os autores constataam:

Passados alguns anos da implantação da política municipal de prolongamento da jornada diária em Russas, alguns resultados positivos já podem ser sinalizados, devendo ser considerada nessa realidade a participação importante de outras ações, como é o caso da formação continuada dos professores em foco na qualidade e criatividade do ensino e na atenção ao acompanhamento da aprendizagem (LIMA e CARMO, 2013, p.107).

No capítulo sétimo, intitulado “Programa estadual mais tempo na escola: desafios da educação integral na rede de ensino do Espírito Santo”, Adriana Sperandio e Janine Mattar Pereira de Castro expõem com detalhes o processo de instituição do programa que dá título ao texto. Explicam a origem do programa estadual, discorrem acerca de seus fundamentos legais e dedicam parte da reflexão sobre questões curriculares e seu processo de implementação. Ao analisarem o conjunto de dados, concluem:

Como todo programa de caráter educacional com foco na formação integral dos estudantes por meio da promoção e ampliação do universo de experiências de aprendizagem, o PMTE cumpriu seu papel quanto a pautar no debate escolar constantes reflexões sobre a necessidade de ampliar o tempo-espaco escolar pela dinamização e contextualização do trabalho pedagógico de forma coletiva e compartilhada. Um processo que demandou e demanda acompanhamento e avaliação permanentes em todos os âmbitos da gestão pública da Educação, com etapas vividas, superadas, desconstruídas, alinhadas e renovadas e que já apresenta frutos e sinaliza para novos caminhos, desafio e possibilidades (SPERANDIO e CASTRO, 2013, p.133).

O capítulo oitavo, “Como a escola reage aos novos tempos escolares”, escrito por Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, encerra a segunda seção do livro. Nele, a autora aprofunda discussões teórico-práticas sobre a escola de tempo integral, sua cultura e dinâmica, considerando os desafios e possibilidades na atualidade a partir de experiências de escolas do estado do Paraná. Arco-Verde discute sobre as particularidades de organização da educação integral, dedicando parte de sua argumentação a questões pontuais como a organização do tempo, a valorização dos profissionais, a especificidade da proposta curricular e as relações com alunos, familiares e a comunidade.

A terceira seção, intitulada “Práticas educativas e(m) tempo ampliado” inicia com o texto “A construção da educação integral e a formação continuada de professores alfabetizadores no Município de Porecatu, Paraná”, elaborado por Veronica Branco e Sandra Regina Kirchner Guimarães. Nesse texto, capítulo nono, as autoras expõem o resultado de uma pesquisa-ação empreendida com professores alfabetizadores do referido município entre os anos de 2005 e 2008, desenvolvida com o objetivo de apoiar teórica e metodologicamente o trabalho docente e visando à melhoria da qualidade do ensino e à implantação da educação integral. Fica evidente no relato de pesquisa apresentado pelas autoras a necessidade de planejamento e organização para a instituição da educação integral, conforme explicitam em suas palavras finais:

O que se quis enfatizar neste estudo é que a formação continuada dos professores deve ser continuada no sentido de se tornar permanente para criar a cultura do estudo e do planejamento coletivo; e que deve estar centrado na escola para atender às reais necessidades dos professores. (BRANCO e GUIMARÃES, 2013, p. 182).

No décimo capítulo, intitulado “A escola em tempo integral e a qualidade da educação pública: relato de uma experiência de educação integral na cidade de São Paulo”, sua autora, Lilian Barone Vieira Ardito, aborda uma proposta implementada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, intitulada *Programa São Paulo é uma Escola* e verifica “sua eficácia na espera educacional, bem como as interferências da realidade escolar e seus agentes recebem e lidam com as políticas educacionais formuladas implantadas na Rede Municipal de Educação (RME)”

(ARDITO, 2013, p.186). A autora apresenta as diretrizes do projeto e analisa seu funcionamento em uma instituição. Ao observar os efeitos do programa em uma unidade escolar, constata que seu bom funcionamento se dá a partir da estrutura física escolar, da predisposição dos educadores e do envolvimento dos diretores. Conclui que as políticas são otimizadas pela própria escola no intuito de oferecer o melhor aos alunos.

“Os tempos na/da escola: algumas questões para debate” é o título do décimo primeiro capítulo. Nele, Claudia Fernandes expõe questões relativas à forma como o tempo escolar é organizado na escola atual. A autora dedica-se à análise da organização temporal diária dos tempos-aula, atividades e disciplinas no nível fundamental de ensino. Retoma aspectos históricos demonstrando como se deu a instituição do tempo escolar da maneira como está estabelecido. Em sua aceção, para a constituição de uma educação integral de tempo integral

[...] é necessária uma mudança na(s) cultura(s) da escola, e esta é lenta, uma vez que está implicada em crenças, valores, hábitos e habitus. Uma mudança de fato exige que se opere cotidianamente a partir de uma nova lógica (FERNANDES, 2013, p. 214).

O décimo segundo capítulo, escrito por Lígia Martha C. Da Costa Coelho e Dayse Martins, “Políticas públicas de educação integral em jornada escolar ampliada e trabalho educativo: docência questionada ou precarização do trabalho docente?”, trata-se de um ensaio que problematiza sobre a temática apresentada no título. Por meio de entrevistas com professores, as autoras identificam em suas falas situações que revelam uma angústia em função das condições de trabalho. Durante a argumentação, as autoras questionam:

[...] o discurso construído em alguns dos projetos de educação integral em jornada escolar ampliada, ao fazer uso do conceito *trabalho educativo*, não estaria propondo outra categoria de trabalho diferente de *trabalho docente* para, ao supostamente “ampliar” o sentido primeiro da expressão, também justificar a presença dos sujeitos que a desempenham e, conseqüentemente, justificar que não é um professor o seu executor, e sim outro sujeito, sem fisionomia profissional, um *parceiro* sem rosto? (COELHO e MARTINS, 2013, p. 221. Grifos das autoras).

Ana Maria Cavaliere finaliza a publicação com o décimo terceiro capítulo, intitulado “Educação integral como ‘política especial’ na educação brasileira”. Nele, apresenta

[...] parte de uma investigação feita em escolas de horário integral do Município do Rio de Janeiro, oriundas de um programa educacional do Estado do Rio de Janeiro – o Programa Especial de Educação - implementado entre as décadas de 1980 e 1990, que se tornou conhecido como “Programa dos Cieps. (CAVALIERE, 2013, p. 237).

A autora relaciona essa proposta ao Programa Mais Educação, criado em 2007, e considera que, embora sejam marcados por diferentes momentos históricos, apresentam a ideia de ampliação e diversificação da função da escola. Analisa as ponderações de diretores, professores e pais de 20 escolas referentes à educação integral, enfatizando as convergências de opiniões entre os diferentes atores das escolas pesquisadas.

As reflexões apresentadas na obra “Educação Integral: histórica, políticas e práticas” reportam-se a diferentes experiências com a educação integral. De modo sucinto, cada capítulo revela com densidade os resultados de anos de pesquisa dos diferentes pesquisadores que a compõem.

Os relatos sobre ações em instituições escolares de diversas regiões do Brasil, bem como as análises de documentos de diferentes épocas revelam os desafios e possibilidades para a estruturação, consolidação e manutenção de propostas de educação integral.

As discussões pontuais fazem do livro leitura fundamental para professores, gestores e todos aqueles que aceitam o desafio de realizar, nos espaços escolares, uma educação integral.